



Política externa portuguesa

no

Reinado de D. João V

Na nossa secção bibliografica, transcrevemos uma *noticia* extraída de um manuscrito, dando conhecimento da vinda ao Tejo em Outubro de 1735, duma poderosa armada ingleza. Limitamo-nos aí a transcrever a noticia, apenas com duas palavras de explicação, sem entrarmos em pormenores, remetendo o leitor, conforme nota dada afinal, para a Historia Genealogica.

Quando examinamos o manuscrito em questão, encontramos junto, uma extensa explanação em hespanhol dando rasões da vinda dessa esquadra e ao mesmo tempo fazendo considerações tendentes a mostrar a falta de tacto politico da Inglaterra.

Isto levou-nos a estudar melhor o facto, que reputamos importante para a historia das nossas relações externas, com as potencias europeas, logo a seguir ao famoso tratado de Utrecht. Para isso cotejamos o manuscrito com a correspondencia havida nessa epoca e publicada no «Quadro elementar» e encontramos pontos de contacto curiosos que nos levaram ao presente estudo.

Desde a subida ao trono de Hespanha do Duque de Anjou neto de Luiz XIV, as relações entre as côrtes portuguesa e hespa-



nhola, foram quasi permanentemente de hostilidade aberta, em razão da preferencia dada por D. Pedro II ao Arquiduque Carlos, contra os desejos de Luis XIV que favorecia, com todo o empenho, seu neto, como um dos pretendentes á corôa de Hespanha.

A preferencia do Rei Português, trouxe para o país uma série de luctas, que nos consumiram preciosas vidas e não pequenas quantias e deram origem á nossa intervenção na celebre guerra da Sucessão de Hespanha. Comquanto nenhum proveito material houvessemos nessas luctas, serviram ao menos para mostrar, que as nossas antigas tradições guerreiras, não tinham ainda caído no esquecimento. O marquês das Minas elevou então, bem alto o nome português evadindo provincias de Hespanha, chegando até Madrid. Esta lucta pelas armas terminou com a batalha de Almanza,

Resultou deste estado de coisas, ressentimento profundo entre as côrtes beligerantes, prolongando-se por muitos anos. Com a propria França e apesar dos protestos amistosos que Luis XIV por mais de uma vez dirigio a D. João V, convidando este até; em março de 1717, para padrinho do filho ou filha que havia de nascer, e que o Rei de França aceitou com todas as provas de bôa amizade; no fundo havia sempre uma reserva, que se reflectia em todos os actos da nossa politica externa. D. João, herdara de seu pai uma politica, senão pacifica em absoluto, ao menos tentando sempre manter uma neutralidade acomodada aos interesses do país e procurando estreitar, quanto possivel a união entre os aliados, especialmente com a Inglaterra.

Não obstou esta politica, a que o Rei, com o seu character altivo, sofresse qualquer offensa, sem que logo procurasse colocar a corôa e com ela o país no lugar que de direito competia a uma nação poderosa e independente. E tanto assim que em 1724, não tendo sido admitido, como de direito lhe pertencia, o conde de Tarouca, na qualidade de Plenipotenciario, ao Congresso de Cambrai, e isto por culpa da França, logo o Rei tomou desfôrço, não consentindo que o Secretario de Estado Diogo de Mendonça, fosse o primeiro a visitar o embaixador Francez Abade de Livri. Este modo de proceder obrigou o Abade a retirar-se do Reino, indo para a côrte de Madrid, chegando esta intransigencia ao ponto de nos levar quasi a um rompimento com a França a esse tempo nas melhores relações (ao menos aparentemente). Mas os portugueses eram assim, punham a dignidade da patria acima dos interesses materiaes.

Retomemos o fio da narração, que tivemos de abandonar para melhor compreensão dos factos.

As pases ajustadas em Utrecht, tiveram uma duração bastante efemera e se bem que não tivesse havido necessidade de qualquer intervenção pelas armas, a nossa côrte e a de Madrid tiveram sem pre uma vida muito atribulada, não tendo havido um rompimento declarado por um receio justificado da Hespanha, na nossa aliança com a Inglaterra, e ainda pelo esgotamento de forças que as ultimas guerras haviam deixado não só nos dois países, mas em quasi toda a Europa.

Assim decorreram anos até 1735, tendo-se nesta data dado em Madrid com o nosso embaixador um caso, que por pouco nos não conduziu a uma guerra, que a dar-se envolveria porventura uma parte da Europa.

Chegamos propriamente ao ponto do nosso estudo. O facto que passamos a narrar, póde considerar-se a causa proxima ou mais propriamente o pretexto da vinda ao Tejo da armada Ingleza, se bem que tenhamos de procurar noutro logar, a verdadeira razão como vamos vêr.

Contemos o facto como é narrado pelo proprio protognista, Pedro Alvares Cabral, nosso Embaixador junto á côrte de Madrid ¹.

Em 20 de fevereiro de 1735, um preso que as justiças hespanholas conduziam nas ruas de Madrid, gritava *«que o tinham apreendido em uma Igreja e roubado uns papeis que eram a sua defesa»*. Esta gritaria deu em resultado, a intervenção do povo e juntamente de dois lacaios do Embaixador português, e o abandono do preso por parte das autoridades, sendo depois conduzido ao palacio da Embaixada.

Diz o mesmo Embaixador que logo o fizera sair de sua casa, obrigando os lacaios a despirem as suas librés, e que escrevera ao Governador do Conselho de Castilha, sobre o desprazer que lhe causára o acontecimento, acrescentando, que castigaria os seus lacaios se neles encontrasse culpas, pois os mesmos negavam a participação no ocorrido. Queixava-se o nosso Embaixador que o governo de Madrid não atendera estas explicações e no dia 22 um grande numero de soldados conduzidos por tres officiaes, acometeram á baio-

¹ Vêr "Quadro elementar", II, pag. 211.

neta o palacio da embaixada, prendendo varios criados seus, chegando a entrar até, em algumas das suas antecamaras. Interpelados os soldados sobre quem ordenára tão insolito procedimento, responderam, ter sido El Rei. Em face deste inaudito modo de proceder, contra a imunidade do Ministro, o nosso Embaixador tomou a resolução de se retirar do Reino.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros, em Hespanha, D. José Padinha em circular enviada aos membros do corpo diplomatico, contesta este depoimento, dizendo que o caso fôra *premeditado*, e alegando que os passos do preso havim sido espiados, sabendo-se na embaixada primeiro da sua chegada e que depois de se vêr solto e recolhido no Palacio do Embaixador ahi estivera recolhido 30 horas sendo conduzido em seguida a logar seguro.

A celeuma levantada pelo acontecimento foi diversamente apreciada e o manuscrito a que nos referimos diz que El-Rei de Portugal «por un primero movimiento de equidad desaprobo la conduta del Ministro.»

Inclino-me mais a crer que o Rei nenhuma censura dirigio ao Embaixador, mas aceitou os factos como eles se passaram, pensando logo na represalia a tomar, e para tanto; logo que o expresso enviado pelo Ministro chegou á Côrte Portuguesa, foi enviado um destacamento ao palacio da Embaixada de Hespanha sendo presos todos os criados e conduzidos á prisão e o Embaixador obrigado a sair do Reino. Simultaneamente expediram-se ordens aos comandantes das praças fronteiriças guarnecendo-se estas com alguns regimentos. Da parte da Hespanha houve egual procedimento.

Imediatamente intervem a França e a Inglaterra como medianeiras, tentando evitar que se rompam as hostilidades, que podiam afectar gravemente a paz da Europa. As negociações foram longas e é durante o decorrer destas, que aparece no Tejo a esquadra referida do comando do almirante Norris e nela como Embaixador e medianeiro Lord Tirawley. Com esta demonstração de forças tiveram fim as desavenças *com honra para ambas as partes*.

*

Dissemos que o facto mencionado, fôra apenas pretexto para a quebra de relações entre os dois paizes e na verdade assim parece; a verdadeira causa está noutro logar que os documentos officiaes não especificam claramente.

O desenvolvimento do commercio da Hespanha com a America era a causa primeira do rompimento e chegou-se até a imputar o caso do preso de *preparado*.¹

E' o proprio gabinete britanico que faz pressão sobre D. João V pondo á sua disposição 20.000 homens e 20 vasos de guerra² no caso de lucta entre as duas nações.

A politica de D. João V ainda nesta conjuntura trouxe beneficios, evitando uma guerra, pois negou-se a um rompimento immediato com receio de lhe ser negado o auxilio oferecido, se fosse ele o considerado como agressor.

A Inglaterra pretendia talvez ser o *tertius gaudet* aproveitando as lutas da Peninsula que por certo envolveriam um parte da Europa, mas conseguiria os seus fins.

O autor do manuscrito depois de pesar as desvantagens que a intervenção da Inglaterra, trazia ao negocio diz:

«Las intenciones de El Rei de la Gran Bretanha no miran más que a la pacificacion de la Europa: assi lo ha protestado solem-
nemente y debe creer-se su palabra Real; no obstante si bien
se mira a el primero passo se encuntra que las medidas, que
toma para terminar ó al menos diminuir lar inquietudes son más
propias a augmentar-las. Por assegurar el comercio de Portu-
gal amenazado de ningun peligro se le sacrifica el de todas las
Naciones y de un particular riesgo, mui distante, se hace un daño
geral y actual».

Por aqui se entrevê o interesse da Inglaterra na declaração de guerra de Portugal á Hespanha, apesar dos protestos e de-
jos de boa harmonia e d'uma paz duradoura.

D. João V ou fosse porque naturalmente previu o caso ou por uma fórma de proceder conducente com a politica seguida, aproveitou-se da chegada da esquadra para intimidar a Hespanha, e aceitou sem condições deshonrosas, os medianeiros que acenta-
ram a paz no tratado de Paris.

H. Soares

¹ Schaeffer, vol. iv.

² Santarem, ob. cit., vol. v.